

Nome completo do (a) aluno (a)					
Assinatura do (a) aluno (a)					
Curso	Direito/Bacharelado	Turma	---ºPeríodo	Turno	Matutino
Disciplina	Antropologia jurídica				
Professor (a)			Sigla da Turma	---	
Data da prova:	---		Unidade	---	

AVALIAÇÃO – NP1

ATENÇÃO – Leia atentamente as instruções a seguir.

- | | |
|--|---|
| <p>1 – Escreva seu nome completo e legível no campo “Assinatura do (a) aluno (a)”;</p> <p>2 – O valor total desta prova é de 8 (oito) pontos e o valor de cada questão está indicado junto à numeração da mesma;</p> <p>3 – Essa avaliação compreende testes de múltipla escolha e questões discursivas, as quais deverão ser fundamentadas, sob pena de nulidade da questão;</p> <p>4 – As questões discursivas deverão ser respondidas exclusivamente no espaço destinado às respostas ou folhas de respostas;</p> <p>5 – A avaliação deve ser feita individualmente e sem consulta a livros, cadernos</p> | <p>ou qualquer material que trate do conteúdo da prova, salvo situações autorizadas previamente pelo (a) professor (a) ou aplicador (a) da prova;</p> <p>6 – Somente serão consideradas como válidas as respostas com caneta esferográfica preta ou azul e sem rasuras (respostas a lápis não será objeto de revisão/correção);</p> <p>7 – Não será permitido o uso de celular, tablet etc., devendo o (a) aluno (a) desligá-lo durante a realização da prova;</p> <p>8 – O aluno que não obedecer às orientações terá sua prova recolhida e nota zero;</p> <p>9 – O aluno só poderá sair da sala após uma hora do início da prova, depois que o primeiro aluno sair nenhum outro poderá entrar, e os três últimos deverão sair juntos;</p> <p>10 – Observe o tempo de duração desta avaliação – Matutino das 07:00 h às 09:00 h, Noturno das 19:00 h às 21:00 h.</p> |
|--|---|

Nota da prova:	Nota dos trabalhos:	Total - Nota da AP1:	Assinatura do professor (a):

INFORME NO GABARITO ABAIXO O NÚMERO DAS QUESTÕES OBJETIVAS E AS RESPECTIVAS RESPOSTAS

QUESTOES	3	4	5	6	7	8	-----
RESPOSTAS (LETRA ASSINALADA)							----- ----- ----- -----

QUESTÕES DA PROVA

Questão 1 –	C. Bennington lhe procura para consultoria jurídica. Alega que em uma viagem profissional sentiu certa resistência sobre sua entrada noutro país, ao passar pela imigração. Alega que sofreu racismo, pois, acredita que seu comportamento possa ter ressaltado desconfiança por parte do agente da imigração. A respeito da questão antropológica, baseados no surgimento do homem em estado social, com a era dos direitos e a visão da norma que protegeria sua posição, ou não, contextualizando com a visão de Rousseau, elabore parecer jurídico demonstrando sua explicação.
	Valor total (4,0 pontos):

Questão 2 –	Blanka lhe procura sobre dúvidas sobre as normas que regulam sua vida. Assim, explicando pra ele, conforme visões antropológicas, marque V ou F nas assertivas abaixo (cada assertiva vale 0,2 décimos de ponto)
	Valor total (2,0 pontos)

	Hobbes acredita que o direito de natureza significa que os homens devem agir apenas de acordo com as normas sociais e não segundo sua própria razão ou poder.
	Para Hobbes, o direito de natureza impede que os homens busquem qualquer tipo de ação para preservar sua vida, pois eles devem esperar por uma autoridade para protegê-los.
	O direito de natureza, segundo Hobbes, permite aos homens fazer tudo o que desejam, independentemente de ser para sua preservação ou bem-estar.
	Hobbes afirma que o direito de natureza dá aos homens liberdade para agir contra outros seres humanos, sem quaisquer limitações, o que não se relaciona à preservação da vida.
	Na visão de Hobbes, o direito de natureza envolve o uso do poder do homem exclusivamente para agradar aos outros, e não para a preservação de sua própria vida.
	Hobbes defende que os homens não possuem liberdade de agir conforme sua própria razão ou julgamento, limitando-se apenas às leis externas de uma autoridade superior.
	De acordo com Hobbes, o direito de natureza é um conceito que deve ser restrito a situações em que a preservação da vida do indivíduo não seja uma prioridade.
	Hobbes acredita que, no estado de natureza, os homens vivem de acordo com normas impostas por uma autoridade externa, não necessitando agir por seu próprio julgamento.
	O direito de natureza, conforme Hobbes, limita a liberdade do indivíduo de agir de maneira independente, restringindo seu poder de fazer tudo o que considerar necessário para sua sobrevivência.
	Para Hobbes, o direito de natureza implica em uma ausência total de violência ou conflito entre os homens, pois todos buscam cooperar para preservar a vida de forma pacífica.

Questão 3 –	I. Mood lhe procura sobre dúvidas sobre as normas que regulam sua vida. Assim, explicando pra ele, conforme visões históricas, marque V ou F nas assertivas abaixo (cada assertiva vale 0,2 décimos de ponto)
	Valor total (2,0 pontos)

	Rousseau propõe no <i>Contrato Social</i> que a ideia de contrato se articula diretamente com a moralidade e a política, buscando estabelecer uma organização justa da sociedade.
	O contrato social de Rousseau é uma solução para os males causados pela ruptura do homem com o estado de natureza, oferecendo uma forma de organizar a vida social sem sacrificar a liberdade essencial.

	De acordo com Rousseau, a entrada no contrato social exige que os indivíduos renunciem à sua liberdade natural para adquirir em troca a liberdade civil, que é mais compatível com a vida em sociedade.
	Rousseau vê o contrato social não como um meio de mitigar os efeitos negativos da transição do estado de natureza para a sociedade civil ou buscando preservar a liberdade enquanto promove o bem comum..
	No <i>Contrato Social</i> , Rousseau discute os limites e os graus do contrato, considerando que a aceitação do pacto social deve ser forçada e que a liberdade individual não deve coexistir com a autoridade legítima.
	Rousseau afirma que o pacto social legítimo é aquele em que a vontade individual se forma por meio da união dos saberes em busca do bem comum, superando os interesses coletivos.
	O contrato social de Rousseau não é apenas um acordo entre governantes e governados, mas sim um compromisso entre os próprios cidadãos para criar uma comunidade política que assegure a liberdade civil.
	Segundo Rousseau, um pacto verdadeiro deve ser baseado na igualdade entre os indivíduos, permitindo que todos participem da formação da vontade geral e que a soberania seja exercida em nome do povo.
	No <i>Contrato Social</i> , Rousseau defende que a liberdade civil é mais valiosa e mais segura que a liberdade natural, pois ela é regulada pela vontade geral, garantindo a proteção dos direitos de todos.
	Rousseau acredita que, ao perder sua liberdade natural e ganhar a liberdade civil por meio do contrato social, os indivíduos alcançam uma nova forma de autonomia que permite uma convivência harmoniosa e justa na sociedade.